



## **Os 25 anos de edição da Revista Temporalis: as contribuições no período da gestão “Lutar quando é fácil ceder” (2013–2014)**

Os 25 years of publishing Temporalis Journal: contributions during the “Fighting When It’s Easy to Give In” administration (2013–2014)

**Maria Regina de Avila Moreira\***

ID <https://orcid.org/0000-0002-6908-6186>

**Telma Gurgel da Silva\*\***

ID <https://orcid.org/0000-0003-2654-7138>

### **RESUMO**

O artigo busca contextualizar a publicação de dois números da *Revista Temporalis* no decorrer da gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) “Lutar Quando é Fácil Ceder”, entre os anos de 2013 e 2014, dedicados às temáticas que constituem o Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) de Feminismos, Relações Étnico-Raciais, Gênero, Sexualidades e Classe Social. Foi uma decisão política da gestão, em razão do grande número de trabalhos recebidos, fruto do trabalho de organização e mobilização do GTP para ampliar e dar visibilidade aos acúmulos produzidos por pesquisadoras e pesquisadores da área. Para tanto, utilizou-se como base os relatórios do GTP do período, ratificando a importância das ações dos grupos da ABEPSS e, especialmente, da *Revista Temporalis* como instrumento de luta, resistência e produção e difusão científica do Serviço Social brasileiro

### **PALAVRAS-CHAVES**

Revista Temporalis; Grupo de trabalho e pesquisa; Classe; Raça/Etnia; Gênero.

### **ABSTRACT**

This article contextualizes the publication of two issues of the *Temporalis Journal* during the administration of the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work (ABEPSS), "Fight When It's Easy to Give In," between 2013 and 2014. These issues were dedicated to the themes of the Working and Research Group (GTP) on Feminisms, Ethnic-Racial Relations, Gender, Sexualities, and Social Class. This was a political decision

---

\*Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). E-mail: [reavila10@gmail.com](mailto:reavila10@gmail.com)

\*\*Assistente Social. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). Docente aposentada da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN, Mossoró, Brasil). E-mail: [telmagurgeluern@gmail.com](mailto:telmagurgeluern@gmail.com)

**DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p85-99**

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

by the administration due to the large number of papers received because of the GTP's organizational and mobilization efforts to expand and give visibility to the accumulated knowledge produced by researchers in the field. To this end, the GTP reports from the period were used as a basis, confirming the importance of the actions of the ABEPPS groups and, especially, of the Temporalis Journal as an instrument of struggle, resistance, production, and scientific dissemination of Brazilian Social Work.

**KEYWORDS**

Temporalis Journal. Working and Research Group. Class; Race/Ethnicity; Gender.

**Introdução**

**A** Revista Temporalis vinculada à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), se constituiu e se consolidou, nesses 25 anos, como uma das ferramentas do processo de construção do Projeto Ético-Político Profissional, levado pela organização e luta de uma categoria que buscou, desde os marcos do final da década de 1970 e 1980, dar consequência à ruptura com o conservadorismo que explicou e legitimou o Serviço Social no Brasil. E mais: essa ruptura é posicionada ética e politicamente em defesa da emancipação humana, o que significa assumir, ao longo desse tempo, a perspectiva formativa e intervintiva anticapitalista, antirracista, antissexista, antilgbqqiapn+fóbica, anticapacitista.

Essa é uma jornada complexa e gigante, e alguns elementos são importantes para apreender tal empreitada. O Serviço Social é uma profissão que, inserida na divisão social, sexual e racial do trabalho, atua majoritariamente nas políticas sociais estatais, cujas competências e atribuições se materializam na execução de programas e projetos sociais com objetivos e metas. São relações de trabalho mediadas pela contratação, hoje extremamente flexibilizada e precarizada, o que confirma o exercício profissional na condição de classe trabalhadora — portanto, impactada pela conjuntura e pelas disputas do tempo presente. Nossa autonomia relativa é mais ou menos garantida tanto pela pressão dessa conjuntura quanto pela capacidade de organização e mobilização da categoria para o enfrentamento de retrocessos, em meio ao avanço da extrema-direita, do fundamentalismo religioso e da economia de ultra austeridade em defesa do capital. Tal assertiva aponta para a definição de estratégias e táticas internas à profissão e, também, coletivamente, com o conjunto da classe.

É o esforço intelectual e militante da categoria, por meio das nossas entidades representativas — como o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social (o conjunto CFESS/CRESS), a ABEPPS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) — que tem possibilitado o acúmulo necessário para dar conta dessa tarefa. Os mecanismos democráticos de cada uma dessas instâncias, as ferramentas de comunicação e os espaços coletivos entre essas três entidades se instituem como meios de luta e resistência.

Não sem contradições e os desafios próprios da sociabilidade capitalista contemporânea, como veremos na contextualização do período da gestão “Lutar Quando é Fácil Ceder” na ABEPPS, entre os anos de 2013 e 2014, cuja uma das deliberações foi a de publicar dois

números da Revista *Temporalis* dedicados à temática do Grupo de Trabalho e Pesquisa Relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades<sup>1</sup>.

Cabe ressaltar a importância desse instrumento de difusão de conhecimento e atualização de conjuntura que cumpre a revista científica *Temporalis*. Foi inaugurada em 2000, resultado da deliberação da Assembleia Nacional de 1998, em substituição ao Cadernos ABESS (Associação Brasileira de Serviço Social)<sup>2</sup>, que existiram entre os anos de 1986 e 1998 (*Temporalis*, 2000), já na esteira do debate da revisão curricular aprovada em 1982. Chama a atenção a dedicação dessa primeira revista da ABESS, voltada para o tema sobre “O processo de Formação Profissional do Assistente Social (ABESS, 1993) e todo o esforço em aliar a crítica às contradições daquele momento da conjuntura, mas embalado pelo ascenso dos movimentos sociais e internamente no Serviço Social vivia-se a efervescência da ruptura com o conservadorismo.

Importante pontuar também que a substituição por outro formato correspondeu a várias necessidades (ABEPSS, 2000). Já havíamos modificado o nome e o estatuto da entidade, articulando graduação e pós-graduação; aprovado as diretrizes curriculares de 1996, que se mantêm até o presente. Além disso, os desafios frente à conjuntura de privatização do ensino, com a política neoliberal, impuseram novas contradições, ao passo que, no âmbito da formação, apostamos no crescimento da pós-graduação em Serviço Social, impulsionando a produção e publicação de artigos. Não por acaso, o primeiro número da *Temporalis* é dedicado ao tema da Reforma do Ensino Superior e o Serviço Social, analisando os impactos das contrarreformas no ensino de graduação e pós-graduação em Serviço Social.

O vigor da Revista *Temporalis* atravessa essas duas décadas e meia por força de uma categoria que sustenta, política e financeiramente, com autonomia e independência de classe, a ABEPSS. As gestões bianuais mantêm a edição da revista, buscando garantir a excelência num contexto mercadorizado e competitivo. Adentrar nesse mundo de editoração é tarefa não prevista e, portanto, a qualificação vem com muito esforço e dedicação. Os temas de cada uma das edições semestrais são resultado das conjunturas e desafios pertinentes — e não poderia ser diferente.

Por isso, demarca-se que o presente artigo tratará centralmente do que estava posto entre os anos de 2013–2014. Assim, como não se trata de traçar um estado da arte da revista — com certeza para trás e para a frente — o texto apresenta lacunas próprias desse formato. De todo modo, fica a expectativa de que venham complementações, ajustes e outras leituras, porque a vitalidade da democracia e do pluralismo no campo da ciência depende disso. E, para a organização do conteúdo, o artigo consta de três itens, além desta introdução e das referências. O primeiro busca trazer alguns elementos da conjuntura nacional no biênio 2013/2014; o segundo apresenta o processo que levou à publicação de dois números voltados à temática do GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão,

<sup>1</sup>Essa nomenclatura foi modificada no último Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social, realizado em Fortaleza, CE (dez. 2024).

<sup>2</sup> O Cadernos ABESS n.1 foi dedicado à sistematização de um conjunto de palestras que aconteceram em Niterói/RJ por ocasião da 24ª Convenção da ABESS.

raça/etnia, geração e sexualidades; e, por fim, são apresentados alguns indicativos para incorporação do tema ao processo formativo em Serviço Social.

### **Lutar quando é fácil ceder<sup>3</sup> apontamentos sobre o contexto entre os anos 2013 e 2014**

A conjuntura sociopolítica e econômica entre os anos de 2013 e 2014 marca a continuidade da política de austeridade neoliberal, impulsionada no Brasil a partir da década de 1990 e mantida pelos governos do Partido dos Trabalhadores<sup>4</sup>. Demarca, portanto, grandes contradições — desde aquelas próprias da reprodução do capital em crise permanente, que revelam as disputas políticas, de poder e de Estado, até as advindas de um governo democrático popular que não rompe com a política econômica. Caracterizados como governos de conciliação de classe, optaram por políticas que acenavam às conquistas dos movimentos sociais e às reivindicações históricas, especialmente nas áreas de assistência social, saúde e direitos humanos, sendo mínimas aquelas voltadas à reforma agrária, como propunha o Movimento Sem-Terra (MST), por exemplo. Um dos maiores impactos retroativos foi a desmobilização de movimentos que vinham em ascensão e que sucumbiram, ao menos por parte de suas direções, à lógica de blindar o governo das ameaças dos setores de centro-direita — que, aliás, já participavam desde as eleições como aliados.

A erupção do que ficou conhecido como as Jornadas de Junho (2013) ajuda a avaliar a complexidade das contradições que estavam colocadas no período. Legitimadas pelo anseio de melhores condições de vida e acesso a direitos, as mobilizações em torno do preço das passagens dos transportes públicos e da gratuidade para estudantes mobilizaram milhares de pessoas. O movimento se espalhou para temas como saúde e educação, levando rapidamente as massas às ruas. Os gastos públicos anunciados com os megaeventos — como a Copa do Mundo em 2014 e, posteriormente, as Olimpíadas em 2016 —, ao mesmo tempo em que eram comemorados, sofreram críticas e denúncias pelos altos valores envolvidos, em detrimento de outras prioridades.

As ruas foram tomadas, em 2013, por partidos de esquerda, movimentos sociais e populares, por pessoas que não tinham qualquer vinculação orgânica com ambos, mas também por uma parcela da população que repercutia o antipartidarismo — especialmente o antiesquerda<sup>5</sup>. Daquele momento até o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, as ruas foram disputadas e, desde a década de 1980, foi a primeira vez que assistimos à direita tomar as ruas, já clamando intervenção militar com apologia à ditadura — como bem vimos tanto na votação do impeachment da presidente quanto no crescimento de manifestações que ganharam proporção e tiveram consequências que

<sup>3</sup> Frase da canção “Sonho Impossível” eternizada na voz da cantora Maria Bethânia.

<sup>4</sup> O Partido dos Trabalhadores assume o Executivo Federal em 2003 com a vitória de Luis Inácio Lula da Silva (Lula) que exerceu a presidência em dois mandatos sucessivos (2003–2010), seguido da presidente Dilma Rousseff, igualmente do PT (2011–2016), quando sofreu o golpe e o impeachment. Reconhece-se a importância dos programas sociais, incomparáveis com governos anteriores e, especialmente pós 2016, passando pelo período de Bolsonaro, que destruiu as políticas sociais levou o país ao abismo, especialmente no período que atravessamos uma pandemia mundial.

<sup>5</sup> Para uma análise desse processo indica-se a Tese de Luis Augusto Vieira (2020), pois aprofunda as contradições e aponta os sinais que estavam colocados de ascenso da extrema direita no Brasil.

levaram Jair Bolsonaro ao governo federal em 2019. Ameaça que tem sido recorrente, haja vista a tentativa de golpe contra o governo Lula em 08 de janeiro de 2023.

Na Política Nacional de Educação, Leher (2005) já apontava a não ruptura do governo Lula com as diretrizes do Banco Mundial para a educação, quando apenas parcialmente foram incorporadas as propostas do Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade brasileira<sup>6</sup>. Lima (2015), ao analisar o Plano Nacional de Educação 2014–2024, enfrenta o debate sobre o avanço da mercadorização da educação. Dirá que o PNE:

[...] indica o aprofundamento do privatismo e da certificação em larga escala como eixos condutores da política de educação brasileira, especialmente a Educação Superior, pelos próximos dez anos. Tal indicativo está expresso nas metas e estratégias do novo PNE que transformam o Reuni em uma política de Estado, bem como naquelas metas e estratégias que ampliam a ação do setor privado na educação, através do FIES para a graduação e para a pós-graduação stricto sensu (Lima, 2015, p. 33).

Mecanismos como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999 e regulamentado em 2001 (governo de Fernando Henrique Cardoso), e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 (governo de Luiz Inácio Lula da Silva), instituem-se como marcos estratégicos de um projeto de educação que vincula a ampliação do acesso e da permanência estudantil no ensino superior à privatização e à desresponsabilização estatal com a educação. Mesmo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007 também pelo governo Lula (PT), significou uma expansão sem efetivos aportes de recursos financeiros para infraestrutura e necessária ampliação de concursos para docentes. Em artigo assinado, entre outros/as autores/as, pela atual ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck,

[...] os gastos com investimento caíram a partir de 2012 e os gastos com custeio (outras despesas correntes) começaram a cair a partir de 2014. Os investimentos em educação retrocederam ao patamar de 2002, em torno de R\$ 1,7 bilhão, após o máximo de R\$ 8,2 bilhões em 2012 e os gastos com custeio tiveram queda significativa nos últimos três anos, chegando ao patamar de R\$ 39,5 bilhões em 2018 (Rossi et al., 2019, p. 15).

No mesmo artigo, traz-se a consideração de que houve uma queda no número de contratos do FIES, passando de 733 mil em 2014 para 201 mil em 2016 (Rossi et al., 2019, p. 15). Esse dado é importante porque, tratando-se de um financiamento que beneficiava as matrículas no setor privado, corresponde ao avanço da investida na modalidade de ensino à distância (EaD) no Brasil, por grandes corporações educacionais. De uma origem voltada a cursos profissionalizantes, nivelamento escolar e alfabetização de adultos com aportes radiofônicos e televisivos, o EaD — especialmente a partir da década de 2010 — avança sobre a graduação e pós-graduação lato e stricto sensu. Ou seja, avaliar os acontecimentos exige olhar para a movimentação do capital.

---

<sup>6</sup>Para aproximação do significado do processo histórico de construção do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, indica-se o artigo de Bollmann (2010). Também se ressaltam as publicações na Revista Universidade e Sociedade, organizada pelo Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN).

Importante também reportar uma das greves mais longevas da categoria docente federal, em 2012. Com mais de 60 instituições de ensino superior paralisadas por melhores salários, condições de trabalho e infraestrutura, a categoria alcançou a incorporação da classe de titular como carreira docente. Com todas as dificuldades próprias de mobilização no decurso do governo democrático popular, havia luta e resistência contra o desmonte dos serviços públicos e o avanço do projeto de privatização em curso nos governos do PT.

Cabe lembrar que o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, além de participar ativamente das lutas em defesa dos direitos, da educação pública e da garantia do processo formativo tal como construído até então, enfrentou duras batalhas contra a privatização do ensino e sua estratégica modalidade de ensino à distância. Após amplo debate com a categoria, em setembro de 2010 é lançada a primeira cartilha “Sobre a Incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” (CFESS/ABEPSS/ENESSO) e, em 2011, é lançada a campanha “Educação não é Fast Food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social” — uma das iniciativas mais importantes, que foi inclusive referência para outras áreas que enfrentavam o avanço da modalidade EaD no Brasil<sup>7</sup>.

Não foram poucos os momentos em que, nas atividades realizadas durante a gestão da ABEPSS, tivemos que debater com estudantes dessa modalidade o porquê da campanha e do posicionamento da categoria. Apesar dos embates, foram espaços qualificados para demonstrar que as entidades do Serviço Social estavam na defesa, especialmente desses/as estudantes, que tinham o direito de acessar uma formação de qualidade. No âmbito da graduação, a luta contra a modalidade EaD foi uma prioridade, e as repercussões na formação apresentaram particularidades em relação à Política Nacional de Estágio (PNE) em Serviço Social<sup>8</sup>.

A partir da indicação da edição anterior, que se dedicou a aprofundar a discussão sobre as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), deliberou-se realizar o projeto ABEPSS Itinerante<sup>9</sup> com a centralidade do debate sobre o estágio (ABEPSS, 2014). Com o título “Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas”, foram realizadas oficiais em todas as regiões do Brasil, cujos resultados foram apresentados no decorrer do XIV ENPESS, que aconteceu no mês de dezembro, em Natal/RN.

Outro avanço da categoria, ao se tratar do tema sobre gênero, sexualidades, feminismo e classe, é o debate sobre o combate contra todas as formas de exploração e opressão. O nosso Código de Ética Profissional (1993), no item XI dos princípios fundamentais, traz: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física não isolados dos demais”. Fica explícito o

<sup>7</sup> A campanha foi alvo de disputa jurídica, a partir de ação impetrada pela Associação de Tutores de Ensino à Distância (ANATED), que levou à sua suspensão temporária. O processo foi extinto em 2024. Trata-se de uma vitória bastante importante para a luta do Serviço Social brasileiro.

<sup>8</sup> A Política Nacional de Estágio em Serviço Social (PNE), aprovada em 2010, constitui-se como mais um instrumento de defesa da educação pública e estabelece parâmetros para a realização do Estágio Supervisionado em Serviço Social (ABEPSS, 2010).

<sup>9</sup> O Projeto ABEPSS Itinerante foi inaugurado na gestão da ABEPSS 2011/2012, com o objetivo de enfrentar a mercadorização da educação e a precarização do ensino. Tem se consolidado como um espaço de formação permanente, avaliação e indicação de estratégias e táticas formativas (ABEPSS, 2012).

compromisso com um projeto societário libertário e, mais que isso, uma elaboração indissociável de aliança com as lutas coletivas, democráticas e populares. Decorrem desses princípios o estabelecimento de estratégias interventivas e formativas. São inúmeras as campanhas e os materiais didáticos que consolidam esse posicionamento.

Em 2006, o conjunto CFESS/CRESS lança a impactante campanha pela mensagem em defesa da diversidade sexual, inclusive esteticamente falando. Com o slogan “O amor fala todas as línguas”, a campanha pela livre orientação sexual foi aprovada no 34º Encontro Nacional CFESS/CRESS e teve como objetivos:

Sensibilizar a categoria das /os Assistentes Sociais e a sociedade para o debate em torno da livre orientação e expressão sexual como direito humano; contribuir para o aprimoramento profissional por meio do debate sobre a sexualidade humana como uma dimensão da individualidade e que, portanto, necessita ser reconhecida em sua diversidade de expressões: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade e contribuir para garantia do respeito à diversidade humana nos espaços institucionais de atuação e na formação profissional em Serviço Social (CFESS, 2006).

Evidencia-se o quanto o conjunto de ações das entidades da categoria convergiram para os avanços, em que pese todos os enfrentamentos que a conjuntura da década de 2010 exigiu. No âmbito da ABEPSS, salienta-se a criação dos GTPs como uma das estratégias de enraizamento e organização de pesquisadoras e pesquisadores em Serviço Social.

Mauriel (2017, p. 263) explica que os GTPs, passam a compor o estatuto da ABEPSS a em 2008, resultado de um processo de discussão nacional sendo que sua operacionalização se dá a partir do Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social em 2010, quando foram eleitas as respectivas coordenações. Assim, são formados os GTPs de: 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2) Política Social e Serviço Social; 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4) Movimentos Sociais e Serviço Social; 5) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6) Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades; 7) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

No que diz respeito ao GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidade, nome à época, é importante sinalizar que sua composição se organiza por ênfases<sup>10</sup> e desenvolve atividades específicas, como articulação com

<sup>10</sup> Em 2013, de acordo com o Relatório elaborado pelo Grupo (2014), tinha-se a seguinte elaboração: “:a) Gênero: Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico, reprodução social no capitalismo; condição social das mulheres e políticas públicas. Violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha: atualidade e desafios. Feminismo: teoria, história, debates e dilemas estratégicos na contemporaneidade. Feminismo e Serviço Social; b) Raça/Etnia: Estado e raça. Formação social e divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento social e raça/etnia. Desigualdades étnico-raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sociodemográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico-raciais: avanços e desafios para o projeto ético-político do Serviço Social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial; c) Geração: O debate geracional no mundo contemporâneo. Os processos que envolvem infância, juventude e velhice enquanto construções sociais, históricas e culturais, bem como expressões da questão social. Indicadores socioeconômicos, proteção social e protagonismo político. As demandas pela reconfiguração do espaço urbano e de equipamentos sociais. O trabalho do assistente social junto à infância, juventude e velhice; d) Sexualidades: Diferentes expressões de homofobia e sexismo. Diversidade familiar e opressões associadas às sexualidades não hegemônicas e às múltiplas expressões de

pesquisadoras e pesquisadores da área, colóquios — em geral durante a realização dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Ensino em Serviço Social —, seminários e reuniões das próprias coordenações para planejamento e avaliação das ações durante as oficinas nacionais e regionais da ABEPPSS.

Consideramos fundamental chamar atenção para a importância dos GTPs, pois a organização temática e a própria difusão da Revista Temporalis têm estreita relação com o envolvimento dos grupos, como veremos no item a seguir, ao expor o processo de decisão para publicar dois números dedicados às temáticas do GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades.

Ainda em relação à conjuntura, mais duas observações se fazem necessárias. O ascenso conservador mundial, cujas consequências no Brasil — as Jornadas de Junho de 2013 têm muito a dizer —, seguido depois da destituição da presidente do PT Dilma Rousseff em 2016, sinalizam o porvir quanto ao crescimento da extrema-direita no Brasil.

No Serviço Social, além de diferenças instituídas no interior do campo progressista, que têm relação com a avaliação dos sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores, assistiremos à tentativa de atacar a direção social crítica construída a partir da década de 1980. Embora publicizadas em 2017, as 23 teses, convocadas pelo provocativo nome de Serviço Social Libertário (Santos et al., 2019), já davam sinais da investida conservadora na profissão. Uma das temáticas mais contundentes diz respeito aos temas do GTP em questão. Como citado no artigo, as teses trazem que “temas controversos e complexos como é o caso de aborto, luta de classes, orientação sexual etc. (Oliveira, 2017, p. 31 *apud* Santos, 2019, p. 757) não devem ser defendidos pela categoria...” (Santos, 2019, p. 757).

O avanço do capital em sua crise contemporânea precisa do conservadorismo. Portanto, o ascenso da extrema-direita não pode ser descontextualizado dessa análise. O fundamentalismo religioso, a partir do movimento neopentecostal, tem estreita relação com a economia. Do ponto de vista das temáticas que envolvem o GTP, um passo central é não aceitar que a disputa é cultural, como repetidamente se coloca. Até porque o entendimento de que a formação socio-histórica compreende de forma indissociável a classe, o gênero e a raça/etnia impõe o caráter estrutural ao capitalismo brasileiro. Isso significa que a luta contra o sexismo, a misoginia, o racismo, a cisheteronormatividade é, em essência, anticapitalista.

### **O processo de publicação dos números 27 e 28 da Revista Temporalis**

É importante reconhecer que a deliberação por publicar dois números dedicados ao GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração,

---

feminilidade e masculinidade. Violações dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Políticas públicas, gênero, sexualidade e Serviço Social. Movimentos sociais de enfrentamento à homofobia e ao sexismo.” (Queiroz et al., 2014, p. 234).

sexualidades — números 27 e 28<sup>11</sup> respectivamente<sup>12</sup> — se deu em razão do grande número de artigos recebidos para a publicação sobre a temática, divulgado por edital para apenas um número. Mas esse volume se deve ao esforço e trabalho do GTP<sup>13</sup>, que desde o colóquio realizado em 2012<sup>14</sup>, durante o XIII ENPESS, realizado em Juiz de Fora (MG), já apontava tanto a necessidade de avançar em pesquisas relacionadas ao GTP como também reverter a baixa publicação quanto a raça/etnia e sexualidades. Durante o ano de 2013, aconteceram diversas reuniões do GTP para estabelecer ações que pudessem incidir sobre essa avaliação. Como mostra o relatório sistematizado por Queiroz *et al.* (2014, p. 237–238)<sup>15</sup>,

Em junho de 2013 ocorreu a reunião dos GTPs em Vitória/ES. Este GTP reuniu-se no dia 15/06/2013 para planejar atividades coletivas e fazer uma breve avaliação das atividades realizadas no GTP até o momento. Neste contexto, avaliamos que falta uma maior articulação entre as ênfases (p. 237). [...]. Em agosto de 2013 a atual coordenação da ênfase em “Sexualidades” organizou juntamente com Guilherme Almeida e Marco Duarte (ambos da UERJ) um Grupo de Trabalho intitulado “Políticas Públicas, Diversidade Sexual e de Gênero e Serviço Social” no Seminário Internacional Desfazendo Gênero em Natal/RN, com objetivo de reunir pesquisadoras/es do Serviço Social. Foram recebidos 26 trabalhos, destes, 20 foram aprovados para apresentação oral, contando com a presença de estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais que atuam com esta discussão nas políticas públicas. O grupo avaliou ser necessária a ampliação dos canais de publicação do Serviço Social para as discussões de diversidade sexual e de gênero. E também salientou a importância da presença da ABEPSS no evento, que esteve presente durante as apresentações do grupo de trabalho no 2º dia (Queiroz *et al.* 2014, p. 237–238).

Fundamental também foi a reunião que aconteceu no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no município de Águas de Lindóia (SP), em 2013, quando, em reunião com integrantes do GTP, avaliou-se a necessidade de mobilizar grupos de pesquisa e pesquisadoras/es da temática para enviar trabalhos para a Revista Temporalis n. 27, já definida desde o início da gestão para ser voltada à temática do GTP (Queiroz *et al.*, 2014).

Ainda em dezembro de 2013, durante a Oficina Nacional de Graduação e Pós-Graduação, que aconteceu em Goiânia (GO), o GTP se reuniu para indicar a nova coordenadora no grupo, quando assumiu a Profa. Mirla Cisne, da Universidade Estadual do Ceará (UERN), e organizar o Seminário Nacional do GTP em parceria com o Laboratório Gênero e Política

<sup>11</sup> Além desses dois números, durante a gestão foram publicados outros dois números. Número 25 com o tema Educação em crise e perspectivas de organização política (2013) e número 26 com o tema Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão

<sup>12</sup> Como momento especial, a edição de ambos os números coube, além da professora Íris Maria de Oliveira (UFRN) - editora chefe durante a gestão, às professoras Maria Regina de Avila Moreira (na época vinculada à UFRN e presidente da gestão e, Telma Gurgel (UERN – coordenadora nacional de Graduação da gestão).

<sup>13</sup> Compunham a coordenação do GTP na gestão 2013/2004, as pesquisadoras: Prof.<sup>a</sup> Dra. Mirla Cisne (UERN) – Coordenadora; Prof.<sup>a</sup> Dra. Magali Silva (UFBA) – ênfase raça-ética; Prof.<sup>a</sup> Dra. Elisabete Aparecida Pinto – (UFBA) – ênfase raça-ética; Prof.<sup>a</sup> Dra. Fernanda Marques de Queiroz (UERN) – ênfase de gênero; Prof.<sup>a</sup> Ms. Milena Barroso (UFAM) – ênfase de gênero; Prof.<sup>a</sup> Ms. Bruna Andrade Irineu (UFT) – ênfase sexualidade; Prof.<sup>a</sup> Ms. Valdenízia Peixoto (UNB) – ênfase sexualidade; Prof.<sup>a</sup> Dra. Gláucia Russo (UERN) – ênfase geração; Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria das Graças Gomes (UFES) – ênfase geração.

<sup>14</sup> Eram da coordenação do GTP até dezembro de 2012 as/os professoras/es Marlene Teixeira (UnB), Mirla Cisne (UERN), Magali Silva Almeida (UERJ, hoje UFBA), Maria das Graças Gomes (UFES) e Guilherme Silva de Almeida (UERJ, hoje UFRJ).

<sup>15</sup> Este texto está disponibilizado no seguinte site: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017162.pdf>

Social e Serviços Sociais (GENPOSS), que se efetivou entre os dias 05 e 07 de maio de 2014, em Brasília/DF. Naquele momento, foi possível aprofundar as tendências teóricas postas nas produções, trazendo a contribuição a partir do debate de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais de sexo, como proposto por Daniele Kergoat, e o reconhecimento da influência da feminista marxista brasileira Heleith Saffioti (Queiroz et al., 2014), com sua formulação sobre capitalismo-patriarcado-racismo, constituindo-se como processo simbótico para explicar as relações sociais.

Observa-se que a ementa geral, até então do GTP, trazia: “Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades”, ficando para deliberação em instância própria, no colóquio que iria acontecer em 2014, durante o ENPESS, a necessidade ou não de uma revisão de conteúdo na ementa, dadas as discussões em torno das perspectivas políticas e teóricas para explicar as determinações de gênero, classe e raça/etnia.

O debate acumulado até então corresponde às disputas em curso quanto à direção dos currículos, por exemplo, tendo em vista alguns elementos. O avanço das teorias pós-modernas, situadas num largo espectro progressista de defesa da democracia, das diferenças, da subjetividade, ganha terreno no campo das ciências sociais, repercutindo no Serviço Social. A questão nunca foi a negação de reconhecer a diversidade e/ou a importância das subjetividades — temas já abraçados pelas feministas socialistas quando da crítica a formulações dogmáticas, mas também revisionistas da teoria crítica. O cerne é a negação da classe, a secundarização da luta anticapitalista, que subjaz ao avanço da pós-modernidade.

Nesse sentido, a terminologia gênero passa a ser questionada por ser utilizada por uma variedade de correntes teóricas, o que implica a necessidade de explicação das mediações que o confirmem enquanto categoria. Nesse processo, a contribuição de outras concepções, como a interseccionalidade, o feminismo decolonial, o debate queer — ainda que localizados em outras bases teóricas, políticas e epistemológicas e, portanto, em grande medida disputem a direção do projeto ético-político profissional — têm diferenças internas a cada uma delas de apreensão, tanto como no campo marxista. No entanto, como sinalizado por Moreira (2024, p. 170),

Não desconhecendo as diferenças e temos que esgotá-las no debate, foi em razão da emergência dessas formulações, que se configurou a possibilidade de um vigor de estudos que já avançaram, especialmente quanto a constituição racializada e sexualizada da classe e mais do que isso, o caráter determinante, estrutural e unitário que essa constituição caracteriza a formação e desenvolvimento da ordem do capital.

Sinaliza-se que a aproximação com o Feminismo Materialista Francês (FMF), especialmente naquele momento, buscava ser referência para leitura unitária, como está colocada hoje na Teoria da Reprodução Social (TRS).

No colóquio do GTP, realizado no ENPESS de 2014, a coordenação do grupo apresentou um balanço dos artigos submetidos às revistas, como consta em relatório específico (ABEPSS, 2014). Foram recebidos 122 artigos para avaliação, tendo como pareceristas a própria

coordenação, distribuídos pelas ênfases, sendo: 57 (gênero e feminismo), 8 (diversidade), 7 (raça e etnia) e 5 (envelhecimento). Na *Temporalis* de número 27, publicou-se: 4 artigos sobre gênero/feminismo; 2 artigos sobre diversidade sexual; 1 artigo sobre raça/etnia e uma entrevista internacional com a feminista francófona Jules Falquet. Já na *Temporalis* de número 28, tivemos: 5 sobre feminismo; 1 artigo associando as relações sociais de classe, raça e sexo; 2 sobre sexualidade, sendo um deles voltado para o envelhecimento; 1 sobre raça; e um ensaio internacional sobre abuso sexual, envolvendo as relações de classe, gênero e raça.

Ainda assim, o próprio relatório aponta (ABEPSS, 2014, p. 14) que:

[...] a ênfase raça/etnia continua ainda muito incipiente, o que demanda nossa atenção e investimento para incorporação dessas categorias na nossa formação profissional. Apresentamos também o balanço dos trabalhos apresentados no XIV ENPESS que, também, apontam para a demanda do investimento na ênfase raça/etnia: Foram 61 comunicações nas ênfases de Gênero/feminismo; 13 em Sexualidades/ diversidade sexual; 21 em Raça/etnia: 21 (sendo apenas 3 sobre questão indígena) e 30 voltado para Geração. No mesmo colóquio ao analisar tais números, pôde-se observar, mesmo de forma incipiente, que houve uma prevalência dos trabalhos sobre gênero/feminismo evidenciando uma maior maturidade de pesquisa acadêmica da profissão em tal temática. Porém, visando a necessidade de ampliar e aprofundar o debate nos demais eixos, considerando a perspectiva já evidenciada da consubstancialidade. O baixo número de trabalhos na ênfase em sexualidade em relação as demais ênfases, comprova que tal temática permanece marginalizada nas pesquisas em Serviço Social, mesmo sendo crescente o seu debate na sociedade.

Certamente essa lacuna vem sendo enfrentada, ainda que aquém da centralidade que deve assumir em nosso processo formativo e intervencional. Ressaltamos aqui a contribuição dos GTPs nas gestões subsequentes, resultados da organização da categoria em torno da temática nos âmbitos do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO. Destaque para os GTPs, que têm cumprido um papel essencial nesse processo. Tanto assim, que no último período de gestão da ABEPSS, produziu duas coletâneas. Em 2023, temos a coletânea Sexualidades & Serviço Social (Duarte et al., 2023) e, em 2024, Feminismos, Interseccionalidades & Serviço Social (Duarte et al., 2024)<sup>16</sup>.

Além das produções da *Revista Temporalis* e de outros periódicos da área, bem como os artigos publicados nos Anais dos eventos científicos, o tema vem ganhando relevância nas pesquisas, até porque a realidade se impõe sobre a classe em sua totalidade e suas determinações indissociáveis, ainda que sob conflitos e contradições. As coletâneas específicas citadas e o número 49 da revista, publicada em junho de 2025 com o tema “Formação Antirracista e Serviço Social”, são emblemáticas da vitalidade da direção crítica do Serviço Social. Do mesmo modo, a organização do tema pela Biblioteca Básica do Serviço Social, das professoras Mirla Cisne (UERN) e Silvana Mara de Moraes Santos (UFRN), “Feminismo, diversidade sexual e serviço social” (2019) e “Diversidade Sexual e de Gênero e Marxismo” (2024), da professora Bruna Andrade Irineu (UFMT) e do professor

<sup>16</sup> Acrescenta-se que está em vigência a modificação realizada no último colóquio do GTP, realizado durante o ENPESS(2024 – Fortaleza, CE), que passa a ter o título: Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social, como novo ementário para cada ênfase que vale ser conferido.

Guilherme Gomes Ferreira (UFRGS), já se consagram como referências ao debate, até porque sistematizam o acúmulo produzido em relação à temática<sup>17</sup>.

Cabe, por fim, dois registros da gestão. O primeiro é que, a partir do número 26 da Revista *Temporalis*, em 2013, os relatórios dos GTPs passam a ser publicados como artigo. Foi uma importante decisão, porque é possível acompanhar o processo de discussão em curso, os acúmulos e desafios de cada área temática da ABEPSS. O outro diz respeito à aprovação, na Assembleia Nacional de 2014, em Natal/RN, da inclusão do conteúdo de gênero nos currículos da graduação, devendo conter ao menos um componente curricular obrigatório sobre o tema. Proposta, como já sinalizado, vinda do colóquio durante o XIV ENPESS. O balanço dessa decisão aponta morosidade e compreensão diversificada de como deve se dar essa incorporação. De todo modo, é indicativo contumaz da importância da atuação do GTP e da ABEPSS.

### **Consideração finais**

A *Revista Temporalis*, ao longo desses 25 anos, se consolidou como um dos mais importantes veículos de produção e difusão de conhecimento do Serviço Social brasileiro, não resta dúvidas. Mas é mais que isso. Na medida em que é vinculada à ABEPSS e no processo de articulação desta com as demais entidades da categoria, como o conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, configura-se também como ferramenta de luta em defesa dos princípios do projeto ético-profissional. A especificidade da publicação de dois números dedicados a uma mesma temática, que por sua vez se articula ao GTP, mostra que existiu trabalho político, intelectual e militante para superar a baixa incidência de artigos de temas já postos na realidade da profissão e da categoria enquanto classe.

É possível, portanto, incidir sobre determinados contextos. Por mais adversa, contraditória, disputada e difícil que seja a conjuntura, a organização da categoria pode cumprir tarefas estratégicas e táticas da luta anticapitalista, antipatriarcal e antirracista. Especialmente, se além dos limites no âmbito da intervenção e formação, se reconhecer enquanto classe trabalhadora, que precisa se organizar nos seus locais de trabalho e/ou nos movimentos sociais e populares.

Em relação ao debate sobre gênero, feminismo, sexualidades e racismo, é fundamental a apropriação teórica e histórica do caráter estrutural dessas determinações — caminho que vem sendo trilhado. Já a materialização desses conteúdos nos currículos precisa ser impulsionada. Repensar as ementas de Fundamentos do Serviço Social, bem como aquelas vinculadas às políticas sociais, é buscar coerência com o debate sobre o qual o Serviço Social vem avançando. Isso significa afirmar que, além de componentes específicos de cada ênfase do GTP de XXX, que de fato são importantes para o devido aprofundamento, esse conteúdo deve alçar o patamar dos Fundamentos do Serviço Social em sua totalidade.

---

<sup>17</sup> Como não se trata de Estado da Arte, o artigo não se propôs a trazer a totalidade das contribuições sobre a temática. No entanto, fica o registro e reconhecimento da excelência que pesquisadores e pesquisadoras têm dedicado ao tema.

## Referências

ABESS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. O processo da formação profissional do assistente social. **Cadernos ABESS** n. 1. Cortez Editora: São Paulo, 1993.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social**. ABEPPS, Brasília, DF, 2010.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília/DF, 2000.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Diretrizes Curriculares**: diretrizes gerais para o curso de Serviço Social – (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, nov. 1996. Disponível em:  
[https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 25 ago. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Relatório e planejamento grupo temático de pesquisa serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades**, 2014. (mat. mimeo)

BOLLMANN, Maria da Graça N. Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. ADUNICAMP. **Revista Educação e Sociedade**, v. 31, n. 112, p. 657–676, jul./set. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**: Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília-DF: CFESS, 2012. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 13 out. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual. **CFESS Manifesta**, 2006. Disponível em:  
<https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; CRESS – CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL; ABEPPS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; ENESSO – EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em:  
[https://cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade\\_ead\\_e\\_ss\\_cfesscress.pdf](https://cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade_ead_e_ss_cfesscress.pdf). Acesso em: 13 out. 2025.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** São Paulo: Cortez Editora, 2021. (Biblioteca básica de serviço social, v. 8)

DUARTE, Marco J. O.; IRINEU, Bruna A.; ALMEIDA, Guilherme S. de; PEIXOTO, Valdenízia B.; PAIVA, Sabrina P. (org.). **Sexualidades & Serviço Social:** perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2023. e-Book. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2023/05/SEXUALIDADES-SERVI%C3%87O-SOCIAL-1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

DUARTE, Marco J. O.; PASSOS, Rachel G.; OLIVEIRA, Rayane N.; SILVA, Ana Paula P. da. (org.). **Feminismos, interseccionalidades & Serviço Social.** São Paulo: Hucitec, 2024.

LEHER, Roberto. Educação no governo Lula da Silva: reformas sem projeto. **Revista ADUSP**, p. 46–54, maio 2005. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/34/r34a06.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

FERREIRA, Guilherme G.; IRINEU, Bruna A. **Diversidade sexual e de gênero e marxismo.** Cortez: São Paulo, 2024. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.10)

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014–2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. Educação Pública: confrontos e perspectivas - ANDES, **Revista Universidade e Sociedade**, n. 55, Brasília – DF, 2015. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/educacao-e-sociedade-2017.1/katia-lima-plano-nacional-de-educacao-2014-2024>. Acesso em: 30 set. 2025.

MAURIEL, Ana Paula O. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 2, p. 262–271, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p272>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n2p272>. Acesso em: 30 set. 2025.

MOREIRA, MARIA REGINA DE ÁVILA. Notas de uma feminista marxista. In: DUARTE, Marco José de Oliveira et al. (org.). **Feminismos, interseccionalidades e serviço social.** São Paulo: Hucitec, 2024.

SANTOS, Alexandre J. dos et al. Apontamentos críticos sobre “As 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 739–762, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/download/23054/17520/80286>. Acesso em: 30 set. 2025.

QUEIROZ, F. et al. Grupo temático de pesquisa serviço social, relações de exploração de gênero, raça/etnia, geração de sexualidades: breve histórico e desafios. **Revista Temporalis**, n. 27, p. 233–241, 2014. DOI: [10.22422/2238-1856.2014v14n27p233-241](https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n27p233-241). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7978>. Acesso em: 16 out. 2025.

ROSSI, Pedro et al. Austeridade fiscal e o financiamento Da educação no brasil. **Revista Educação e Sociedade**, p. 1–20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223456>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kPwjLRdn8xtJwxpt4T8R4NH/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2025.

VIEIRA, Luís Augusto. **As rebeliões de junho de 2013, para as centrais sindicais da classe trabalhadora brasileira**. 2020. 359f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23654>. Acesso em 29 ago. 2025.

Submetido em: 30/8/2025

Revisado em: 16/10/2025

Aceito em: 1/11/2025